



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

FRANCISCO MATHEUS DE OLIVEIRA CAVALCANTE

**A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES E A SUA INFLUÊNCIA NO
COMPORTAMENTO LGBTQIA+FÓBICO.**

ICÓ – CE

2021.2

FRANCISCO MATHEUS DE OLIVEIRA CAVALCANTE

**A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES E A SUA INFLUÊNCIA NO
COMPORTAMENTO LGBTQIA+FÓBICO.**

Monografia submetida à disciplina de TCC II, do Curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. M^a. Meury Gardênia Lima de Araújo.

ICÓ – CE

2021.2

FRANCISCO MATHEUS DE OLIVEIRA CAVALCANTE

**A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES E A SUA INFLUÊNCIA NO
COMPORTAMENTO LGBTQIA+FÓBICO.**

Monografia aprovada em 02 / 12 / 2021, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

BANCA EXAMINADORA:

Meury Gardênia Lima de Araújo

Prof.^a M^a. Meury Gardênia Lima de Araújo

Orientadora

Antoniél Santos Gomes Filho

Prof^o. Me. Antoniel Santos Gomes Filho

Avaliador

Rebecca Pinheiro Sedrim

Prof^a. Esp. Rebecca Pinheiro Sedrim

Avaliadora

ICÓ – CE

2021.2

RESUMO

Esse trabalho visa discutir acerca de como se constroem as masculinidades, tendo em vista os aspectos cisheteronormativos e hegemônicos que se encontram imbricados nas bases de idealização do que é ser um sujeito masculino, e os processos de subjetivação que permeiam tais vivências. Desta forma, a seguinte monografia tem como objetivos investigar como se dão as construções das masculinidades dentro da comunidade LGBTQIA+, entendendo-as como dissidentes a partir de uma ótica heteronormativa, e como podem influenciar comportamentos LGBTQIA+fóbicos. Buscando compreender como se constroem essas masculinidades no meio LGBTQIA+, fazendo uma leitura acerca da influência da heteronormatividade, e como os corpos não-normativos são percebidos. Uma vez que tem como intuito também identificar como se dão as violências destinadas para com os sujeitos desviantes, da comunidade LGBTQIA+. Utilizando-se enquanto metodologia, uma abordagem do tipo qualitativa, constituindo-se como uma revisão bibliográfica, do tipo integrativa, tendo em vista uma maior amplitude acerca do objeto a ser pesquisado. Utilizando-se dos descritores: “LGBTQIA+”, “Heteronormatividade” e “Masculinidades”, através do operador booleano *AND*. Sendo estes dados coletados no período de setembro a novembro de 2021. Diante das análises dos materiais coletados foi possível responder a problemática levantada para a constituição do seguinte trabalho, com isso, ficando evidente uma relação direta entre o reforço de comportamentos cisheteronormativos e a sua influência para com os atos violentos contra sujeitos fora das normativas sexuais e de gênero.

Palavras-chave: LGBTQIA+. Heteronormatividade. Masculinidades.

ABSTRACT

This work aims to discuss how masculinities are constructed, considering the cisheteronormative and hegemonic aspects that are intertwined in the idealization bases of what it is to be a male subject, and the subjectivation processes that permeate such experiences. Thus, the following monograph aims to investigate how masculinities are constructed within the LGBTQIA+ community, understanding them as dissidents from a heteronormative perspective, and how they can influence LGBTQIA+phobic behaviors. Seeking to understand how these masculinities are built in the LGBTQIA+ environment, reading about the influence of heteronormativity, and how non-normative bodies are perceived. Since it also aims to identify how the violence aimed at deviant individuals, from the LGBTQIA+ community, takes place. Using as a methodology, a qualitative approach, constituting a bibliographical review, of the integrative type, with a view to a greater breadth about the object to be researched. Using the descriptors: “LGBTQIA+”, “Heteronormativity” and “Masculinities”, through the Boolean AND operator. These data were collected from September to November 2021. In view of the analysis of the collected materials, it was possible to answer the problem raised for the constitution of the following work, thus, a direct relationship between the reinforcement of cisheteronormative behaviors and their influence on violent acts against subjects outside the sexual and normative norms becomes evident in genre.

Keywords: LGBTQIA+. Heteronormativity. Masculinities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OBJETIVOS.....	9
2.1 GERAL.....	9
2.2 ESPECÍFICOS.....	9
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
3.1 SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE.....	10
3.1.1 Sexo	10
3.1.2 Gênero	10
3.1.3 Sexualidade	11
3.2 A CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES NO BRASIL.....	13
3.2.1 Masculinidades hegemônicas	13
3.2.2 Heteronormatividade e Dissidências	14
3.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO LGBTQIA+.....	15
3.3.1 Construção da Teoria <i>Queer</i>	15
3.3.2 A invisibilização das vivências trans	15
3.4 LGBTQIA+FOBIA E OUTRAS VIOLÊNCIAS.....	17
3.4.1 LGBTQIA+fobia	17
4 METODOLOGIA.....	19
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
5.1. RESULTADOS.....	21
5.2. DISCUSSÕES.....	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, temáticas relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual permeiam os mais diversos contextos, e lançam questionamentos acerca de como se constituem, e se caracterizam tais vivências. Diante dessas tensões, esta monografia busca se debruçar acerca da seguinte questão: como se dão as construções das masculinidades, tendo em vista as normativas de gênero impressas sob esses sujeitos através da cisheteronormatividade? E buscando compreender a influência das normativas acerca da produção dos comportamentos LGBTQIA+fóbicos para com os sujeitos considerados dissidentes, fora destas normativas sexuais e de gênero.

Para buscar compreender como se constituem tais masculinidades, a monografia visa enquanto objetivo geral, investigar como se dão as construções das masculinidades dentro da comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgênero e Travestis, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, etc.), entendendo-as como dissidentes a partir de uma ótica heteronormativa, e como podem influenciar comportamentos LGBTQIA+fóbicos. Quanto aos objetivos específicos, por sua vez, a monografia busca compreender como se constroem as masculinidades no meio LGBTQIA+, tentando discutir a influência da heteronormatividade, e que tipo de leitura é feita dos corpos não-normativos. A fim de identificar como se dão as violências para com os membros desta comunidade.

Diante disto, o texto a seguir, configura-se enquanto uma pesquisa bibliográfica, e como mencionado anteriormente, tem como intuito, discutir e fazer uma relação entre as construções dos modelos de masculinidades e comportamentos fóbicos lançados para os sujeitos não cisheteronormativos. Assim, esta pesquisa possui uma ampla relevância social, no sentido de trazer discussões acerca das possibilidades de ser e se colocar no mundo, ainda mais, se percebendo enquanto um corpo dissidente, não heteronormativo, ou seja, indo na direção contrária ao que é imposto por uma hegemonia. Dessa forma, esta monografia, busca dialogar com as formas de (re)existir no mundo, olhando também para as violências destinadas a essa parcela da população, buscando compreendê-la enquanto uma construção social, e buscar possibilidades de políticas públicas a fim de amenizar as dores e problemáticas dessa população.

Ao falarmos de masculinidades, no plural, entende-se que há mais de uma maneira de ser e se entender enquanto homem no mundo. Contudo, devido a cultura patriarcal que sustenta várias idealizações do que é ser homem, e opressões oriundas da não performance desta, surge o ideal do que é ser homem, destacando-se convicções como: provedor, forte e

viril. E em contrapartida, surgem os corpos de caráter não masculino, ou que abrem mão dos privilégios que lhes são dados ao nascer enquanto um ser do sexo masculino, sendo esses os corpos LGBTQIA+ (ANDRÊO *et al*, 2016).

A dissidência desses corpos, ou seja, a ida na direção contrária ao que se espera ser a performance de masculinidade, no caso de sujeitos do sexo masculino, faz com que se pense em que tipo de masculinidades são tidas e enxergadas enquanto passíveis de aprovação, ou de exclusão, invisibilização e/ou aniquilamento. Tendo em vista que, o que aqui falamos ser “normal”, “esperado”, “aceito”, é fruto de uma construção do que o sujeito com as atribuições e características lidas enquanto másculas, e também, lidos biologicamente enquanto machos, devem expressar em suas vivências (CASTRO; SIQUEIRA, 2020).

O Brasil, afirmam Mendes e Silva (2020), é um dos países que mais mata a população LGBTQIA+ no mundo, alegando-se na maioria dos casos registrados, que o crime cometido tinha ligação direta com a orientação sexual e/ou identidade de gênero das vítimas, ao mesmo tempo em que o país também bate recordes no que se refere ao consumo de conteúdos pornográficos que envolvem pessoas trans, ou seja, esses corpos são enxergados apenas quando necessária a obtenção de prazer mas fora isso, a esses corpos são negados o direito à liberdade de expressão, de amar e de existirem.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Investigar como se dão as construções das masculinidades dentro da comunidade LGBTQIA+, entendendo-as como dissidentes a partir de uma ótica heteronormativa, e como podem influenciar comportamentos LGBTQIA+fóbicos.

2.2 ESPECÍFICOS

- Compreender como se constroem as masculinidades no meio LGBTQIA+;
- Discutir a influência da heteronormatividade, e que tipo de leitura é feita dos corpos não-normativos;
- Identificar como se dão as violências para com os membros da comunidade LGBTQIA+.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE

3.1.1 Sexo

Contreras (2021) afirma que, ao longo da história, buscava-se estabelecer uma hierarquia entre os sexos, masculino e feminino. Visto que, até meados dos séculos XVIII e XIX, o sexo ainda não tinha uma ligação direta para com hierarquias sexuais tais quais conhecemos na atualidade. Mas sim, associada a genitália, ou seja, colocando o corpo feminino, com sua genitália dentro do corpo, enquanto imperfeitas ou sexuais com defeitos, e o corpo masculino como completo. As concepções sobre sexo, alteraram-se por motivos políticos e respaldados por argumentos biológicos, ainda mantendo uma hierarquização social, colocando o sexo feminino como inferior, realizando atribuições a este corpo voltados para a reprodução e para o âmbito da esfera privada.

Segundo Oka e Laurenti (2018), apontar para o sexo é também pensar em gênero, entendendo que o primeiro corresponde a aspectos biológicos, enquanto o segundo, a aspectos culturais. Ou seja, o sexo chega para o corpo antes que o próprio sujeito se reconheça com as características e as marcas biológicas. E o gênero lhe atravessa enquanto modo de afirmar ou não os traços que já demarcaram o corpo através do caráter biologicista. Antecedendo uma vastidão de existências possíveis para esses indivíduos, pautados, a princípio, no caráter biológico de seus corpos.

O sexo, principalmente na atualidade, ainda se encontra preso diante de um discurso binário, ou seja, havendo segundo Pombo (2017), uma divisão que se coloca como e enquanto polos opostos, como no caso dos sujeitos masculinos e femininos. Desta maneira, indo numa lógica de oposições, como por exemplo: preto-branco, alto-baixo, grande-pequeno. Tudo o que é diferente das referidas proposições, portanto, configurando-se no âmbito da anormalidade. Considerando enquanto comuns apenas dois modos biológicos distintos, mas com caráter de complementaridade.

3.1.2 Gênero

Gomes (2018), aponta que a intenção de se utilizar o termo ou a categoria “gênero”, e não mais a categoria sexo, é um ato de enfrentar e ir na contramão do determinismo biológico colocado através da perspectiva do sexo, ou seja, do que é “ser mulher” e “ser homem”. Tendo em vista que o caráter e a significância do termo gênero são carregados de

um teor político, histórico e social. E, que por sua vez, ultrapassa as barreiras do binarismo comumente empregadas diante da ideia de sexo enquanto oposição.

Uma vez que, segundo Paulino-Pereira, Santos e Mendes (2017), a identidade dos gêneros se dá para além da subjetividade, mas também, através de uma relação dialógica entre sujeito e suas relações sociais-afetivas. Entendendo o caráter construtivo socialmente que as questões de gênero encontram-se inseridas. Apontam ainda que, logo na primeira infância, somos apresentados aos papéis de gênero pelos nossos genitores e/ou cuidadores, e já nos é introjetado um ideal do que devemos corresponder, mediante o sexo biológico que nos acompanha desde o nascimento.

Segundo Miskolci e Compana (2017), o caminhar na direção contrária ao que é esperado socialmente, e dito enquanto “normal” acerca dos gêneros, ganha um caráter de imoralidade. Pois, diante de modos de se colocar no mundo diferente do paradigma proposto tradicionalmente, alguns sujeitos permeados por ideais morais conservadores, descrevem esse fenômeno como “ideologia de gênero”. Esses sujeitos encontram-se embasados em fundamentos éticos e morais, respaldados por dogmas religiosos, os quais norteiam como devem se constituir os papéis e as figuras de gênero, ainda numa linha de pensamento pautada no binarismo e em preceitos bíblicos.

Reis e Eggert (2017) apontam que diante do que é descrito por Marx e Engels na obra “Ideologia Alemã” de 1977, o termo ideologia diz respeito a uma forma de domínio sobre sujeitos e/ou classes, através de imposições de ideias. Algo, portanto, que não se configura nas discussões de gênero levantadas por pensadores e críticos. Todavia, é sabido que esse termo “ideologia de gênero”, é comumente disseminado por indivíduos que temem ver seus conceitos de “correto”, “sagrado” e “natural” subvertidos. Diante disso, a educação se coloca enquanto forma de enfrentamento a essas questões. Pois, a omissão frente as pautas de diversidade e igualdade sexual e de gênero no âmbito educacional, é um tipo de apagamento destas realidades indo também de encontro as desigualdades, ou seja, instaurando-se uma discriminação para com esses sujeitos.

3.1.3 Sexualidade

A sexualidade nos dois últimos séculos, de acordo com Louro (2018), vem sendo apontada enquanto objeto de observação, por cientistas, antropólogos, religiosos, psiquiatras, educadores, sendo vista enquanto uma “questão”. Através desses modos de olhar para uma mesma “questão”, ela vem sendo descrita, compreendida, saneada, educada, normatizada.

Sobre as sexualidades são colocadas autorizações, permissões, acerca da forma de direcionar os afetos e os desejos sexuais, ou seja, colocando uma função específica e direta, meramente reprodutiva. E considerando tudo o que não se coloca a favor desta função enquanto desviante, anormal, patológico, pecaminoso.

No Brasil, o contexto religioso, que molda e sustenta aspectos morais da população brasileira, atravessa diversas vivências, segundo Carvalho e Sívori (2017), vive-se na contemporaneidade, um acirramento dos debates e antagonismos tendo em vista que, preceitos religiosos se fazem presentes no âmbito educacional. E são nesses ambientes que questões morais, políticas e religiosas, se colocam enquanto reacionárias no que se refere a diversidade de gênero e sexual através do ensino religioso que coloca os corpos não cisheteronormativos enquanto corrompidos, imorais e problemáticos.

Rangel e Carvalho (2020) colocam que os discursos de ódio lançados para os corpos desviantes que compõem a sigla LGBTQIA+, estão sustentados pelo direito de liberdade de expressão, contudo, tais discursos andam longe dessa concepção, caminhando muito mais próximos e alinhados com pensamentos moralistas e conservadores acerca de como determinados sujeitos podem existir e se expressar. Sendo tais expressões negativas para com os sujeitos do referido grupo, compreende-se que é a partir de falas preconceituosas, depreciativas, que outras formas de violências são geradas, como por exemplo, violências psicológicas, morais, sexuais e físicas, podendo inclusive, levar ao assassinato de indivíduos que não se encaixam dentro do padrão imposto, cisheteronormativo.

Todas as questões que caracterizam as existências não normativas, suas sexualidades, desejos e afetos, ampliaram-se no decorrer da história e com isso os modos de administração e dominação sobre esses corpos também vêm se atualizando, se ampliando, diversificando-se. Principalmente quando respaldados por instituições tradicionais, como o Estado, as igrejas, ou a ciência, para além de grupos conservadores, que reivindicam suas verdades, ética e moralidades. As “minorias” sexuais estão muito mais visíveis e se colocando no debate frente ao conservadorismo, contudo, a denominação “minorias” é bastante imprópria, levando em consideração que em números são gigantes, constituindo, assim, uma maioria silenciosa (LOURO, 2018).

Diante do exposto, Anjos e Lima (2016) levantam a seguinte afirmativa: pode-se compreender que a sexualidade é mais um dispositivo de controle e opressão acerca de determinados grupos que não se enquadram nos preceitos impostos socialmente. Devendo-se destacar que transcender determinadas normativas sexuais e de gênero é um ato político, de resistência, tendo em vista que para os sujeitos que vivem de forma subjugada levantar

questionamentos e lutas por direitos fundamentais é inquestionavelmente, ampliar o raio para a análise dos discursos e das estratégias de poder-saber.

3.2 A CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES NO BRASIL

3.2.1 Masculinidades hegemônicas

Segundo Rodriguez (2019), a masculinidade se dá através de um conjunto de ideias e ações acerca do que seria um “homem de verdade”, ou seja, esse sujeito deve ser jovem, heterossexual, cisgênero, branco e viril. Para além de uma negação dos seus sentimentos e afetos, seguindo uma ideia de que “homem de verdade não chora”, logo, as opressões tanto são destinadas ao próprio sujeito quanto aos demais homens que circundam seu meio social, como uma espécie de pré-requisito para que se possa existir enquanto um sujeito do gênero masculino. Atribuindo ainda que o sujeito que performa em suas relações romântico-sexuais, uma heteronormatividade, a esse indivíduo é permitido “fazer o que quiser”, sendo algo socialmente visto e lido enquanto liberdade. Pois, os comportamentos sexuais quando exercidos por sujeitos masculinos e heterossexuais, sofrem menos ou quase nenhum apontamento ou comentário de repressão. O que não é o caso quando mulheres e sujeitos não cis-hetero dão vazão aos seus desejos erótico-sexuais.

A utilização do termo “masculinidades”, no plural, afirmam Nogueira e Miranda (2017), não se dá a partir da multiplicidade de identidades e estilos de vida, mas sim, enquanto uma forma de apontar para os tipos de relações de poder diante das manifestações de masculinidades, ou seja, destacando como se dão as interações destinadas tanto para com os sujeitos do mesmo sexo, masculino, quanto para com as mulheres, buscando assim evidenciar os modos de funcionamento destas relações.

Diante do modelo de masculinidade vigente como norma, a hegemônica, pode-se passar a entender, enxergar, vislumbrar, outras possibilidades de se colocar no mundo como um sujeito masculino, contudo, todos os outros modelos de masculino, (masculinidades subalternas, como indígenas, afro-brasileiras, pobres, homossexuais, dentre outros.), que vão na contramão ao que é considerado ideal, comum ou normal, são colocados enquanto subordinados ao padrão normativo, ou seja, podendo-se compreender que há uma hierarquia entre essas possibilidades de ser homem, masculino, havendo e sendo ensinado ao longo do processo histórico, que há um modelo de masculinidade que é superior às demais. (RODRIGUEZ, 2019)

3.2.2 Heteronormatividade e Dissidências

O conceito de heteronormatividade diz respeito ao conjunto de instituições, estruturas e práticas que normalizam apenas um único modo de lançar seus afetos e desejos, sendo assim, normalizando as formas dominantes de heterossexualidade, atribuindo a estas, um caráter de universalidade e moralidade. Também estando diretamente ligada às normativas sociais sobre os corpos e como e a quem, os desejos afetivos-eróticos devem ser destinados. Colocando todas as outras condutas não-heteronormativas num lugar de social e sexual, passíveis de discriminação, tanto em dimensões materiais quanto simbólicas. Propiciando uma maior naturalização e aceitação para com as práticas no âmbito sexual e sociais, dos indivíduos heterossexuais. E proporcionando uma invisibilização acerca dos sujeitos que desviam das normativas impostas pela sociedade (SANTOS; SANCHES; SACRAMENTO, 2019).

Para Camilloto e Camilloto (2017), pensar sobre a heteronormatividade compulsória enquanto um sistema que rege a sociedade contemporânea, é lançar-se para a necessidade de se pensar soluções para os corpos que não cabem nesse campo, ou seja, os corpos entendidos como desvios, anormais ou imorais. Visto que, essa forma de normatizar e regular os desejos perpassa pelo campo dos discursos de poder, já que pautam-se em discursos científicos, religiosos e políticos para impor um modelo único, o heterossexual. Além de atravessar conceitos como o binarismo, questões raciais e econômicas, colocando assim, hierarquias nas quais os sujeitos que correspondem aos atributos heteronormativos ocupam o topo dessa cadeia alimentar. Mantendo também um sistema onde entende-se que há dominador, o sujeito heterossexual, e o dominado, os não correspondentes as normativas.

Aos desvios do que é imposto como regras, podemos denominar também de dissidências, existências estas que seguem na contramão do que é considerado socialmente como “comum” ou “normal”, acerca de performance sexual e de gênero. Para com esses corpos, além de inúmeras violações de direitos, lhes são dadas e retiradas por uma soberania heteronormativa, quais sujeitos podem viver ou devem morrer. Visto que estigmas circundam esses sujeitos, lendo-os ao longo da história, enquanto sujeitos abjetos, ou seja, que não possuem afetos, desejos, direitos. Destinando estes corpos a condições precárias, sem caráter políticos, sociais e afetivos, lançando-os rumo a uma invisibilidade, de modo como passíveis de descartes (DUARTE, 2020).

3.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO LGBTQIA+

3.3.1 Construção da Teoria *Queer*

Segundo Bandeira (2019), o marco para a *Teoria Queer* se deu através de uma palestra apresentada por Tereza de Lauretis, denominada de *Queer Theory: lesbian and gays sexualities*, nos anos de 1990, na qual a palestrante decidiu se utilizar e vincular o termo “*Queer*”, que na época era mal visto e lançado apenas de modo a fim de depreciar os sujeitos não normativos, ao termo “teoria”, bastante valorizado no âmbito acadêmico. No intuito portanto de mostrar que seguir por um único viés acerca da temática não era válido, fazendo apontamentos analíticos acerca da normalização focada na sexualidade, para com os estudos sociológicos sobre as minorias sexuais e de gênero.

O termo “*Queer*”, esteve originalmente ligado a discursos preconceituosos, sobretudo dirigindo-se de modo pejorativo para com indivíduos homossexuais nos Estados Unidos (EUA), contudo, membros de organizações e sujeitos homossexuais, travestis e transexuais ou transgênero, acabam subvertendo o termo e o incorporando em seu vocabulário como forma de ressignificar tal expressão. A Teoria *Queer* surgiu primeiramente nas ciências humanas, através de estudos dos discursos, literatura e linguística, para posteriormente, apresentar-se nas ciências sociais. Ganhando forte repercussão através de figuras como Butler, Preciado, Rubin, dentre outros (SOUZA, 2017).

Sendo a Judith Butler uma figura imprescindível quando se pensa nos debates de gênero e o movimento feminista. Entendendo a sua relevância frente a debates tão urgentes na contemporaneidade. Principalmente uma vez que temáticas levantadas em sua obra “*Problemas de Gênero*”, são assuntos que reverberam fortemente nos mais diversos aspectos e campos da atualidade (VALENTE *et al*, 2021).

A Teoria *Queer* está sempre em constante formulação, uma vez que a mesma, vai ao encontro de movimentos sociais e os modos de vida dos sujeitos dissidentes, tendo como características, indeterminação e plasticidade, tendo a teoria um significado sempre aberto, incompleto e inacabado, mas não se fazendo enquanto fraqueza para a mesma, mas sim, como ato de resistência e força aos padrões hegemônicos e aos discursos normatizantes (SOUZA, 2017).

3.3.2 A invisibilização das vivências trans

Segundo Vitali *et al* (2019), para entendermos como se dão as vivências transexuais e/ou transgênero é necessário que primeiramente compreendamos o que é identidade de

gênero, em virtude de fazer uma melhor diferenciação de um outro aspecto bastante confundido, que é a orientação sexual. Orientação sexual, diz respeito a: por quem o sujeito se sente atraído afetiva, emocional e sexualmente, como por exemplo de pessoas gays, lésbicas e bissexuais. Já a identidade de gênero, diz respeito a: como o sujeito se torna e se percebe socialmente, se vendo ou não enquanto correspondente ao gênero que lhe foi atribuído no seu nascimento. Ou seja, o sujeito pode-se enxergar como um indivíduo de outro gênero, como o masculino ou feminino, ou ainda, não se identificar com nenhum dos dois ou ambos os gêneros, fugindo da lógica binária e opositiva, denominando-se enquanto um sujeito não-binário.

Cardoso (2020), lança um olhar bastante inicial para com os sujeitos trans, uma vez que aponta para aspectos da transexualidade/transgeneridade ainda na infância e como a mesma é deixada de lado ou passível de ajustamentos, tendo em vista que o corpo infantil é entendido e colocado enquanto frágil e maleável, diante das influências e contextos nos quais vivem suas existências camufladas ou lidas como anormais. Esses sujeitos iniciam seus questionamentos acerca de quem são a partir de como são nomeados, mas também, do que conseguem ver e sentir enquanto confortável ou não para com as suas vivências, seus modos de se enxergar. Sendo apontado ainda com o mesmo autor, o ambiente escolar, onde as primeiras questões surgem, como por exemplo, “sou menino ou menina?”, devido às interações sociais e com as não correspondências normativas. Para além da família nuclear, que ao se utilizar de brinquedos, roupas e comportamentos como forma de afirmar um modelo heterocisnormativo, introjeta nesses pequenos corpos um ideal de como performar os papéis de gênero e, em contrapartida, inibindo as formas de ser e transcender as normativas de gênero, ou seja, viver de modo pleno, como o indivíduo se sente e se percebe.

Muitas são as formas com as quais a transexualidade/transgeneridade pode ser lida, uma vez que, a não conformidade, e o desconforto com o gênero que foi atribuído no nascimento causam, faz com que o indivíduo seja um transgressor dos gêneros. E assim, para uma grande parcela da população, afirma Vitali *et al* (2019), a transexualidade, transgeneridade e a travestilidade, são colocadas no tocante da anormalidade, do pecado, da marginalização, da opção. Levando o reconhecimento ou não, desses corpos através de uma lógica bastante perversa, e que se inicia no âmbito familiar, onde em diversas situações, é o local de maior violência para com essas pessoas, sejam elas, violências físicas, psicológicas, morais ou patrimoniais. E segundo Preu e Brito (2019), colocando estes sujeitos no lugar de marginalidade, doença, onde por determinado período de tempo, a transgeneridade/transexualidade constava no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos

Mentais (DSM), caracterizando-se como disforia de gênero ou ainda numa relação de abjeção para com esses corpos, marcando fortemente esses sujeitos com estigmas sociais que os acompanham ainda na atualidade.

3.4 LGBTQIA+FOBIA E OUTRAS VIOLÊNCIAS

3.4.1 LGBTQIA+fobia

Para pensarmos em LGBTQIA+fobia, é importante que se entenda por quais caminhos essa forma de dominação e violência percorre. Segundo Torres, Saraiva e Gonzaga (2020), um ponto bastante relevante ao olharmos para a construção e como se configura a LGBTQIA+fobia é observar o caráter de sofrimento ético, político e social que circundam uma mesma questão, o não reconhecimento de vivências contrárias a cisheteronormatividade compulsória, ou seja, os comportamentos fóbicos que são lançados em forma de discursos de ódio e atos de violência para com os corpos desviantes, os sujeitos da comunidade LGBTQIA+.

A pauta da LGBTQIA+fobia perpassa inúmeros cenários, tendo em vista que, já há muito tempo tem-se o interesse de controlar e docilizar esses sujeitos que se colocam de forma contrária às normas impostas como caminho viável para viver, amar e desejar. Para Vázquez, Toneli e Oliveira (2019), organizações nacionais como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e organizações internacionais não governamentais como a *Transgender Europe* (TGEU) apontam que o Brasil é o país que lidera o *ranking* na lista de países que mais mata pessoas trans. Nesse processo de negação de suas existências, a necropolítica e o necrobiopoder, constituem uma hierarquia de quais corpos são passíveis ou não de morte, e ainda, de forma desvelada e cruel deslegitima os processos de vida e morte dessa população, os deixando de lado ou não dando a devida importância para com os crimes a esses sujeitos cometidos.

A necropolítica e a necrobiopolítica se apresentam junto ao estado brasileiro no que diz respeito a evidenciar e deslegitimar vivências através do modo como opera, em um movimento de submissão e dominação. Convocando mecanismos de morte e aniquilamento para alguns grupos, como negros, população em situação de rua, e em especial a população trans no Brasil. Sendo importante destacar que a política também é um instrumento de regulação da vida, administrando quais corpos merecem seguir vivos e morrer. Ou seja, funcionando a favor de corpos dominantes, e se colocando como uma instância de aniquilamentos, principalmente quando sustentada por sujeitos conservadores, para o modo

como enxergam e subjagam corpos, existências fora dos padrões e das normativas sexuais e de gênero (AMARAL; OLIVEIRA, 2019).

Cassal, Bello e Bicalho (2019), à luz da Resolução nº 01/1999, apontam para as problemáticas e questões éticas acerca de profissionais da psicologia, que se dispõem e compactuam com processos tais quais a “cura gay” ou “reversão sexual”. Opressões estas citadas, nos filmes “*Prayers for Bobby*”, lançado em 2009 pelo diretor Russell Mulcahy e “*Boy Erased*”, lançado em 2018 pelo diretor Joel Edgerton, inspirado no livro de mesmo nome pelo autor, Garrard Conley. Onde, ainda segundo o mesmo autor, ambos relatam acerca do sofrimento e do lugar ao qual pessoas dissidentes são lançadas diante de sua orientação sexual. Tendo em vista que um componente que contribui fortemente para com esses reforços de estigmas pautam-se em: experiências negativas na infância, como por exemplo, abuso sexual, famílias ditas desestruturadas e ausência de modelos firmes de masculino e feminino.

Estas práticas juntamente com o lugar de poder ocupado pelo profissional psicólogo, podem servir como mais um instrumento e mecanismo de sofrimento ético-político para os sujeitos não correspondentes às expectativas cisheteronormativas, ou seja, colocando-se enquanto mais um meio de opressão para com essa população já tão estigmatizada (CFP, 1999).

Logo, segundo Furlan (2017), a despatologização da homossexualidade, ultrapassa questões de crença ou morais, indo ao encontro de uma questão de preservação de direitos para com estes indivíduos. Onde a atuação prática de profissionais da psicologia, deve estar pautada no seu entendimento ético e respaldados no seu código de ética profissional, a fim de melhor manejar os processos para com os sujeitos, em busca de uma atuação que vise o respeito às diferenças de quaisquer tipos, e que assegurem o indivíduo no que encontra-se como orientação no tocante da garantia de seus direitos enquanto cidadão, prescritos na Declaração Universal de Direitos Humanos.

4 METODOLOGIA

Para a realização dessa monografia, optou-se pela utilização de uma pesquisa do tipo exploratória, uma vez que, segundo Gil (2019), este tipo de pesquisa visa proporcionar uma maior familiaridade entre os conceitos apontados durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, e também, com o intuito de tornar explícito, e aproximar da melhor forma possível, os conceitos abordados ao longo da monografia, para além de levantar hipóteses sobre a temática e/ou objeto de estudo em questão.

Utilizando-se também da abordagem qualitativa, que caracteriza-se segundo Creswell (2014), como um método que proporciona uma maior liberdade para que o pesquisador possa interpretar os dados de uma maneira mais natural, trazendo aspectos de si para os escritos, pois, falar de sua pesquisa também é se colocar. Assumir posicionamentos político culturais, sociais, de gênero, classe e pessoal, compondo e dando uma forma singular para a pesquisa.

Como procedimento, optou-se, inicialmente, por uma pesquisa bibliográfica, que segundo Martins e Theóphilo (2016) trata-se de um método de pesquisa onde consiste em reunir e catalogar, materiais elaborados anteriormente, e que dialogam com o tema, assunto ou problemática estabelecidos pelo pesquisador. Constituindo-se através de livros, periódicos, revistas, artigos científicos, jornais, sites, anais, congressos, dentre outras fontes confiáveis de disseminação de informações e/ou conhecimentos.

Assim, a investigação para a coleta nessa monografia configura-se enquanto uma revisão integrativa, pois segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), trata-se de uma abordagem metodológica mais ampla, uma vez que contempla tanto estudos experimentais, quanto não experimentais. Buscando uma maior amplitude acerca do objeto de estudo da pesquisa, além de apontar lacunas do conhecimento que necessitam serem preenchidas a partir de novos estudos e pesquisas.

Para compor a monografia em questão, deu-se as seguintes etapas: levantamento de um problema de pesquisa; objetivos aos quais a pesquisa visa se debruçar; delimitação dos dados a serem coletados; análise e discussão dos resultados obtidos e as considerações finais.

Foram utilizados enquanto meios para a coleta dos dados as seguintes plataformas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Google Acadêmico e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC). Tendo em vista que tais ferramentas dispõem de um vasto acervo acerca do que há de mais atual no que diz respeito ao cenário de produção de conhecimento científico, e que serão utilizados enquanto materiais para a composição desta monografia.

Quanto aos critérios de inclusão dos materiais para compor o referencial teórico, foram selecionadas produções tais quais artigos dos últimos cinco anos (2017 a 2021) com temas relacionados aos seguintes descritores e/ou palavras-chave: “LGBTQIA+” and “Heteronormatividade” and “Masculinidades”. Materiais estes, que apresentarem pelo menos dois dos termos, palavras-chave apresentados no resumo. Organizados na pesquisa pelo operador booleano AND. Fazendo leituras, fichamento e organização dos dados, para observar se respondem aos objetivos da pesquisa. Ocorrendo a coleta dos dados para a construção seguinte monografia no período de setembro a novembro de 2021.

No que se refere aos critérios de exclusão, plataformas não reconhecidas enquanto meios de publicação e busca de materiais científicos, tendo em vista uma não confiabilidade acerca dos dados disponibilizados por meios destes para os seguintes fins. Assim como também exclui-se materiais tais quais: teses, dissertações e obras literárias completas. Não incorporando aos materiais, produções que sejam anteriores ao período de cinco anos em suas seguintes publicações. Uma vez que compreende-se o caráter temporal necessário para a execução e dos dados coletados para a monografia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. RESULTADOS

Tabela 1: Breve descrição dos artigos incluídos na discussão.

Coleta – Setembro a Novembro de 2021.		
Autor	Título	Resumo
CAMPOS, Marcelo de Souza; QUEIROZ, Marisse Costa de.	Difamação e pânico como estratégia discursiva: análise do discurso conservador sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+. IV Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v. 6, p. 1848-1876, 2020.	O presente trabalho discute acerca de como os discursos conservadores, implicados numa lógica cisheteronormativa, criando um pânico moral acerca dos sujeitos LGBTQIA+. Onde através de uma lógica normativa, apresentando um modelo único de comportamento, afeto e desejo, deslegitima a importância dos direitos fundamentais necessários para com as minorias sexuais e de gênero.
CASSAL, Luan Carpes Barros; BELLO, Héder Lemos; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de.	Enfrentamento à LGBTfobia, afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39 (n.spe 3), Brasília, 2019.	A partir da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o artigo busca discutir acerca da atuação dos profissionais de psicologia frente a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Tendo em vista um fazer ético-político para com as práticas realizadas por estes profissionais, frente a despatologização da homossexualidade.
MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano.	“Ideologia de gênero”: Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Sociedade e Estado, v. 32, p. 725-748, 2017.	O texto se propõe a analisar como o conservadorismo juntamente com algumas perspectivas religiosas exercem influência acerca da temática e discussão de gênero, em especial, no tópico sobre “família”, seu papel e configuração.
OLIVEIRA, Thiago César de; MOREIRA, Margareth Campos	A construção da homofobia e sua reprodução na escola: Marcas históricas que inviabilizam a educação sexual. Cadernos de Psicologia. v. 2, n. 4, p. 93-118, Juiz de Fora, 2020.	O artigo em questão discute acerca da construção da homofobia e quais as marcas oriundas desse fenômeno. Olhando também para a importância da educação sexual no âmbito educacional, como uma medida também de prevenção a comportamentos LGBTQIA+fóbicos.
PEREIRA, Marcio Jose; GAMAS, Luciane Cristina.	Redes sociais, masculinidade hegemônica e violência: O machismo como elemento (Des) civilizacional no Brasil. PERSPECTIVAS EM DIÁLOGO: Revista de Educação e Sociedade. v. 08, n. 17, p. 215-234, Naviraí, 2021.	O texto convoca a pensarmos sobre o não questionamento dos modelos ditos comuns da figura masculina no Brasil. Sobretudo através de uma perspectiva hegemônica e cisheteronormativa do que é ser homem. Os atravessamentos dessa experiência masculina. Fazendo também um paralelo com a violência como alternativa para lidar com situações cotidianas.

RODRIGUEZ, Shay de Los Santos.	Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. <i>Diversidade e Educação</i> , v. 7, n. 2, p. 276-291, 2019.	O texto se propõe a discutir acerca da masculinidade, numa visão voltada pra essa figura, esse sujeito hegemônico. Lançando alguns olhares, como por exemplo: O é demandado dos sujeitos masculinos? E diante disso, proporcionando pensar acerca do que é ser homem e o que é masculinidade? Sobretudo, quais masculinidades são possíveis?
--------------------------------	---	--

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

5.2. DISCUSSÕES

Para pensarmos nas masculinidades, é importante que tenhamos em mente que diversas questões atravessam essa discussão. Ao que Rodriguez (2019) discorre acerca do que seria a masculinidade hegemônica, sendo este um dos modelos e possibilidades de ser e/ou estar no mundo a partir do lugar de um corpo masculino. Onde um imaginário do que seria uma masculinidade ideal perpassa as vivências desses sujeitos, e ao não estar em correspondência às normativas e/ou idealizações do que é ser homem, ser macho, essa masculinidade é colocada em xeque. Ocupando essa masculinidade hegemônica um lugar de dominação, numa ordem social hierárquica onde mulheres e outras identidades de gênero, como as dissidentes, são postas enquanto subalternas ou inferiores.

Ao longo de décadas uma imagética do que seria um “homem de verdade” ou “verdadeiro macho” vem sendo construído socialmente, e junto a essa ideia, empregasse características que este sujeito deve corresponder para se fazer pertencente a tal grupo dominante, como: não ser vulnerável, delicado e brocha. Muito pelo contrário, fugindo sempre de aspectos que se assemelham ao feminino, questão está que fica em evidência quando há medo, receio ou estranhamento, por exemplo de um sujeito masculino que não teme expressar-se como bem entende, ou sujeitos desviantes, como homens que se relacionam com outros homens. Mas sim, a este homem de verdade, fiador das normativas, cabe performar força, bravura e virilidade. Sendo construídos tais aspectos desde a infância, quando lhes são ensinados modos de pensar, ser e agir, a partir desse corpo masculino (RODRIGUEZ, 2019).

Sempre buscando manter uma lógica estrutural pautada numa sexualidade heteronormativa, o que Campos e Queiroz (2020) apontam para uma lógica dominante de que esse comportamento afetivo-sexual, seria o modelo unicamente possível e entendido como o “modelo correto”. A partir do olhar desses sujeitos enquadrados nas normativas sexuais e de gênero. Lançando ao lugar de exclusão as outras possibilidades de masculinidades, pois estes eram colocados no mesmo lugar de subjugação dos corpos femininos.

O que corrobora com o que Camilloto e Camilloto (2017) apontam ao descreverem acerca da heteronormatividade compulsória, e como essa questão rege inúmeros aspectos na sociedade contemporânea. Sobretudo acerca do que seria passível de ser considerado “normal” ou não. E que também permeia discursos de poder que limitam possibilidades de experimentação, principalmente quando voltado para a questão das experiências de masculinidades. Restringindo ao possível o que permeia uma lógica imbricada na cisheteronorma. Discursos esses atravessados por dizeres científicos, religiosos e políticos.

Tais modos de organização e permissividade acerca do que seria “aceito” ou não enquanto modo de vida, são temáticas discutidas por grupos conservadores, pautados em preceitos religiosos, morais e biológicos. E segundo Miskolci e Campana (2017), várias são as tentativas de anular direitos fundamentais para sujeitos de grupos minoritários, como por exemplo, o grupo LGBTQIA+. Sendo disseminado um “pânico moral” acerca dos motivos para a prática dos direitos para esses sujeitos. Possibilitando pensar inclusive na criação de inverdades por tais grupos conservadores ao longo dos anos, algo que vem crescendo, a fim de proteger os seus modos de vida e preceitos morais e religiosos.

Também devendo levar em consideração os lugares sociais aos quais os sujeitos fora das normativas sexuais e de gênero são colocados. Ao que Santos, Sanches e Sacramento (2019) apontam para os lugares de invisibilidade, criando-se simbolismos acerca desses grupos que só reforçam estereótipos de marginalidade, o que cria barreiras cada vez maiores acerca dos direitos fundamentais e os sujeitos que compõem a comunidade LGBTQIA+. E que também contribui para um fortalecimento de um olhar desumanizado e carregado de preconceitos para com essa parcela da população.

Uma vez que, os modos de preconceitos direcionados a este grupo, possui uma nomenclatura, sendo ela LGBTQIA+fobia. Ou seja, atos de hostilidades lançados para com sujeitos que estão fora das normativas sexuais e de gênero, como no caso de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e/ou Transgênero, *Queer*, Intersexos, Assexuais, dentre outros indivíduos que não se encontram nas configurações cisheteronormativas. E o caráter de violação de tais atos pode transcender aspectos verbais e/ou morais, podendo chegar a violências sexuais e físicas. Uma vez que esse comportamento fóbico entende e enxerga sujeitos desviantes como anormais, inferiores, não-humanos, abomináveis, pecaminosos e em alguns países, criminosos. Tais violências fundamentadas em um medo, um pânico acerca de uma maior naturalização das vivências desviantes e também acerca dos rompimentos com as estruturas normativas e normatizantes que sustentam processos de hierarquias sociais, que privilegiam sujeitos da cisheterossexualidade (CAMPOS; QUEIROZ, 2020).

E para entender como se constrói a LGBTQIA+fobia, Torres, Saraiva e Gonzaga (2020) apontam para a importância de olharmos para as configurações dessa violência, para além do caráter de sofrimento ético, político e social ao qual permeiam a vivência da população LGBTQIA+. Inclusive para o não reconhecimento dessas existências. Em especial quando há discursos de ódio e atos violentos propriamente ditos e direcionados para com estes sujeitos. Sendo evidenciado por Vázquez, Toneli e Oliveira (2019) o quão grandiosa essa questão com a violência é, uma vez que o Brasil aparece liderando no ranking dos países que mais mata pessoas LGBTQIA+, em especial, a população trans. Num processo de negação desses corpos desviantes.

Oliveira e Moreira (2020) trazem que para entendermos como se constituem os comportamentos fóbicos, é importante que tenhamos em mente de que se tratam de um fenômeno histórico-cultural. E claro, que estes por sua vez, se apresentam das mais diversas formas, podendo ser direcionadas direta ou indiretamente, mas sobretudo interferindo na integridade dos sujeitos acometidos por esse fenômeno.

Diante disto, os comportamentos LGBTfóbicos podem se constituir de forma física, através de agressões que venham a ferir os sujeitos de modo corporal. Moral ou cultural, através de palavras e /ou frases que visem ferir ou disseminar discursos de ódio. Patrimonial, quando encontra-se relacionada a questões financeiras. Sexual, muito comum para com mulheres lésbicas, como no caso do “estupro corretivo”. E por fim, a violência psicológica, onde caracteriza-se por um tipo de violência que deixa marcas psíquicas, afetando na saúde mental dos indivíduos acometidos por ela. Sendo importante salientar o movimento de forte influência que os discursos religiosos, médicos, jurídicos possuem para e na manutenção de algumas destas violências, para além do silenciamento do Estado em diversas questões relacionadas a direitos para com as minorias sexuais e de gênero (OLIVEIRA; MOREIRA, 2020).

Os estereótipos acerca do que seria um sujeito masculino, dito macho, quando reforçados e colocados como possibilidade única, buscando eliminar os outros modelos que fogem do que seria o modelo hegemônico só potencializam os diversos tipos de violências lançados para com os sujeitos que ainda dentro de uma lógica masculina, mas que vivem essa corporeidade de outras formas sejam o alvo de tais violências. Em especial quando se têm figuras em locais de poder que disseminam discursos hegemônicos e revestidos de ódio para com possibilidades outras de experimentação das masculinidades (PEREIRA; GAMAS, 2021).

E como é sabido, por muito tempo as ciências, e aqui, falamos especificamente da psicologia. Foi utilizada enquanto instrumento de manutenção de ideias e comportamentos ditos “normais”. Colocando sob um olhar cientificista experiências sexuais desviantes. Ao que Cassal, Bello e Bicalho (2019) apontam para os processos e práticas de uma psicologia implicada com o sofrimento ético-político desses sujeitos. Que por inúmeras vezes são violentados em diversos campos de suas vidas, e ainda de modo secundário quando buscam ajuda por meio de profissionais que ao invés de encontrarem-se implicados com uma ética profissional que sustenta suas práticas. Estes profissionais por sua vez, encontram-se inseridos e dialogando com discursos normatizantes e pautados em preceitos morais de cunho pessoal e/ou religiosos.

E diante disso, percebeu-se a necessidade de criar uma resolução a fim de esclarecer modos de trabalho pautados em princípios éticos, técnicos e profissionais. Como é o caso da Resolução nº 01/1999, ao qual discorre acerca de normas para uma atuação do profissional de psicologia em relação a questões de diversidade, como no caso de orientação sexual e identidade de gênero. Proibindo práticas que visem a patologização de sujeitos e de práticas homoafetivas, homoeróticas. Restringindo ao caráter ético, e com respaldo científico. Abolindo práticas pautadas em ideologias políticas, religiosas ou de caráter pessoal. A fim de uma atuação responsável e coerente com os preceitos fundamentais que sustentam a psicologia (CASSAL; BELLO; BICALHO, 2019).

O fazer dos profissionais da psicologia acerca de uma prática implicada com um compromisso ético, político e social, entende que por muito tempo e ainda na atualidade, estereótipos acerca de comportamentos considerados “normais” e/ou "aceitáveis" oprime fortemente todos nós, sobretudo o peso e a cobrança para se enquadrar nos moldes destinados desde o nascimento chegam mais fortemente para com os sujeitos masculinos que desviam das normativas sexuais e de gênero. Diante disso é sabido que o enfrentamento à LGBTfobia, é uma luta árdua e constante, ainda mais no que se refere ao âmbito estrutural desse fenômeno, que precisa se dar nos mais diversos planos. Sendo a criminalização uma delas, segundo Cassal, Bello e Bicalho (2019).

Por fim, entender que como uma questão de caráter social, histórico e cultural, os comportamentos fóbicos destinados aos sujeitos da comunidade LGBTQIA+ podem ser revistos a partir de uma ótica crítica, em especial no que se refere aos entrelaçamentos com as possibilidades de ser e viver como um sujeito masculino. Passando pelo crivo de uma reeducação e reformulação do que seria ser homem, ser masculino e quais as outras variáveis. Desta forma, repensar os modelos de gênero, e como a partir dessas construções pode-se

enfrentar mais claramente os discursos de poder e as hierarquias sexuais e de gênero (OLIVEIRA; MOREIRA, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos expostos acerca da problemática de pesquisa e os objetivos, pode-se perceber que as questões acerca das construções de masculinidades e os entrelaçamentos com os comportamentos LGBTQIA+fóbicos foram respondidas, uma vez que ao longo da pesquisa para a seguinte monografia, pôde-se perceber através dos materiais coletados o quão estão correlacionados os reforços de comportamentos, ideais hegemônicos e a incitação e concretude de comportamentos avessos aos sujeitos dissidentes, fugitivos das normativas sexuais e de gênero.

No que se refere aos principais achados, fica evidente a partir dos textos encontrados ao longo do processo de pesquisa, o quanto as construções dos modelos de masculinidades e a reafirmação de tais práticas implicadas num sistema hierárquico social que privilegia os sujeitos enquadrados dentro de uma lógica cisheteronormativa, estão diretamente relacionadas aos modos de subjugação de mulheres e de outras identidades de gênero. E também colocam no campo da estranheza e impossibilidade os modos outros de experienciar as masculinidades de diferentes formas. Uma vez que, a partir de tais práticas, podemos perceber o fenômeno da LGBTQIA+fobia como uma reação direta ou indireta para com os sujeitos que não compactuam dos mesmos ideais e modos de vida.

Não sendo algo atual essas tentativas de controle acerca das sexualidades. Sendo enunciado em vários textos, uma vez que entende-se que alguns discursos financiam essas visões acerca de sexualidades e gênero desviantes, sendo eles: a religião, o estado e os discursos científicos. Sendo perceptível fortemente ainda na contemporaneidade, inclusive quando alguns sujeitos se entendem e reafirmam falas ditas e consideradas conservadoras. Onde através de suas ações e discursos, tentam constantemente borrar as fronteiras entre o que seria liberdade de expressão e discurso de ódio. E em algumas situações, tais atos de violência podendo acontecer em algumas esferas, sobretudo, deixando marcas singulares em cada campo ao qual atinge nos sujeitos alvos desses comportamentos fóbicos.

Diante dos resultados obtidos durante a escrita da seguinte monografia, percebe-se que é de suma importância os estudos relacionados ao gênero, sexualidades e dissidências, sobretudo acerca das masculinidades e o que pode ser abrangido diante destas. Uma vez que ainda possui uma quantidade um tanto quanto limitada de materiais a fim de discutir criticamente as construções desses papéis. Quanto a esta monografia, possui um caráter de relevância já que visa discutir criticamente as formas com as quais são constituídos os modos de ser e vivenciar as masculinidades, e como estes sujeitos por sua vez se relacionam com os comportamentos fóbicos para com os corpos que não correspondem ao caráter

cisheteronormativo e os modos de subjugação acerca dos sujeitos que constituem a comunidade LGBTQIA+.

Por fim, como entende-se que as experiências masculinas e desviantes são fenômenos que se atualizam ao longo da história, é perceptível o quão importante é a formulação de novos estudos acerca destas temáticas, uma vez que não há conclusões fixas, enrijecidas sobre tais temas, mas sim, um processo de constante compreensão sobre essas constituições e vivências. Para além também de se pensar acerca das políticas públicas já existentes e novos modos de enfrentamento aos processos de LGBTQIA+fobia.

Também sendo importante quando falado ao longo dos escritos, acerca dos fazeres dos profissionais psicólogos no que se refere aos processos de subjetivação e sofrimento ético-político desses sujeitos que compõem os chamados grupos minoritários, sejam de raça, gênero, classe ou sexualidade. Visando sempre, uma atuação ética e implicada criticamente com os movimentos contemporâneos que afligem os sujeitos de forma micro e macro socialmente nas mais diversas esferas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Fernanda Pattaro; OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini C. de. Necrobiopolítica de gênero nos discursos de Jair Bolsonaro: um estudo preliminar. **Revista: Acesso livre - Autoritarismos, nacionalismo e a ascensão das direitas na atualidade**. 2019.
Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/342454929_Necrobiopolitica_de_genero_nos_discursos_de_Jair_Bolsonaro_um_estudo_preliminar
Acesso em: 15 de setembro de 2021.
- ANDRÊO, Caio; PERES, Wiliam Siqueira; TOKUDA, André Masao Peres; SOUZA, Leonardo Lemos. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre os gêneros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. vol.16 no.1, p.46-67, Rio de Janeiro, 2016.
Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v16n1/v16n1a04.pdf>
Acesso em: 23 de março de 2021.
- ANJOS, Karen Priscila Lima dos; LIMA, Maria Lúcia Chaves. Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. **Psicologia em Pesquisa**. vol.10, no.2, Juiz de Fora, 2016.
Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000200007
Acesso em: 15 de abril de 2021.
- BANDEIRA, Arkley Marques. A Teoria Queer em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas. **Revista Arqueologia Pública**, v. 13, n. 1, ISSN 2237-8294, Campinas-SP, 2019.
Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654815/21015>
Acesso em: 27 de abril de 2021.
- CAMILLOTO, Bruno; CAMILLOTO, Ludmilla. Tolerância liberal e pluralismo: Uma crítica à heteronormatividade. **RDFG - Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v.4, n.1, p.25-41, Guanambi-Bahia, 2017.
Disponível em:
<https://pdfs.semanticscholar.org/ceeb/a5a38a223b904a749dbef6c9664f10c6ca4.pdf>
Acesso em: 25 de abril de 2021.
- CAMPOS, Marcelo de Souza; QUEIROZ, Marisse Costa de. Difamação e pânico como estratégia discursiva: análise do discurso conservador sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 1848-1876, 2020.
- CARDOSO, Thomas Victor Barreto. Quem enxerga a criança trans? - Memórias de um menino transgressor. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura - (REBEH)**. vol.3, n.9, 2020.
Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10265>
Acesso em: 04 de maio de 2021.

CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**, no.50, Campinas, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200310&script=sci_arttext
Acesso em: 05 de maio de 2021.

CASSAL, Luan Carpes Barros; BELLO, Héder Lemos; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Enfrentamento à LGBTfobia, afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº01/1999. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.39 (n.spe 3), Brasília, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000700305
Acesso em: 27 de abril de 2021.

CASTRO, Gustavo Henrique Carvalho de; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. “Vão achar que é uma piada, mas, para nós, não!”: discursos de resistência em clubes brasileiros de futebol gay. **Cadernos EBAPE. BR.** vol.18, no.4, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512020000501058&tlng=pt
Acesso em: 23 de março de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução 01/99 - Psicologia e práticas homossexuais.** BRASIL, 1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/resolucao-01-99/>
Acesso em: 29 de maio de 2021.

CONTRERAS, Leah Daniela Muñoz. La construcción científica del sexo. **La ventana - Revista de estudios de género.**, vol.6, no.53, Guadalajara, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362021000100010
Acesso em: 21 de abril de 2021.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 3ª edição, 2014.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Vidas precárias e LGBTQIfobia no contexto da pandemia: A necropolítica das sexualidades dissidentes. **Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APES**, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf
Acesso em: 30 de abril de 2021.

FURLAN, Vinicius. Psicologia e a Política de Direitos: Percursos de uma relação. **Psicologia: Ciência e Profissão.** vol.37, no.spe, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500091
Acesso em: 13 de abril.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2019.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas - Revistas de Ciências Sociais**. vol.18, no.1, Porto Alegre, 2018.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-60892018000100065&script=sci_arttext&tlng=pt

Acesso em: 13 de abril de 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Autêntica: Belo Horizonte, 3ª edição revista e ampliada, 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 3ª edição, 2016.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2008.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgênero (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**. vol.25 no.5, Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n5/1709-1722/>

Acesso em: 15 de abril de 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximilliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**. vol.32, no.3, Brasília, 2017.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci_arttext

Acesso em: 23 de abril de 2021.

NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A (re)produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos humanos. **Revista de Educação: Intertérios**, Universidade Federal de Pernambuco, v.3, n.5, Caruaru, 2017.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/intertorios/article/viewFile/234444/27612>

Acesso em: 15 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Thiago César de; MOREIRA, Margareth Campos. A construção da homofobia e sua reprodução na escola: Marcas históricas que inviabilizam a educação sexual. **Cadernos de Psicologia**. v. 2, n. 4, p. 93-118, Juiz de Fora, 2020.

OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. Entre o sexo e o gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde e Sociedade**. vol.27, no.1, São Paulo, 2018.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000100238&lng=pt&tlng=pt

Acesso em: 14 de abril de 2021.

PAULINO-PEREIRA, Fernando César; SANTOS, Lara Gabriella Alves dos; MENDES, Sarah Cristina Carvalho. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicologia & Sociedade**. vol.29, Belo Horizonte, 2017.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100411&script=sci_arttext
 Acesso em: 11 de abril de 2021.

PEREIRA, Marcio Jose; GAMAS, Luciane Cristina. Redes sociais, masculinidade hegemônica e violência: o machismo como elemento (des) civilizacional no Brasil. **Perspectivas em Diálogo: Revista de educação e sociedade**, v. 8, n. 17, p. 215-234, 2021.
 Disponível em: <https://periodicos-teste.ufms.br/index.php/persdia/article/view/12781>
 Acesso em: 29 de setembro de 2021.

POMBO, Mariana Ferreira. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e queer. In: **Periódicus, Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, n.7, v.1, Salvador, 2017.
 Disponível em:
<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21786/14314>
 Acesso em: 18 de abril de 2021.

PREU, Roberto de Oliveira; BRITO, Carolina Franco. Patologização da transexualidade: Uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Revista Gênero**. v.19, n.2, p.134-154, Niterói, 2019.
 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31328>
 Acesso em: 19 de Maio de 2021.

RANGEL, Felipe Augusto Barreto; CARVALHO, Camila Magalhães. Sexualidades descolonizadas em combate ao discurso de ódio. **Opará, Etnicidades, movimentos sociais e educação**, v.8, n.12, 2020.
 Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/10768>
 Acesso em: 09 de abril de 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**. vol.38, no. 138, Campinas, 2017.
 Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&tlng=pt
 Acesso em: 07 de maio de 2021.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Revista Diversidade e Educação**, v.7, n.2, p.276-291, Rio Grande, 2019.
 Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9291>
 Acesso em: 07 de abril de 2021.

SANTOS, Allan; SANCHES, Julio César; SACRAMENTO, Igor. Boy Erased: Vigilâncias e coerções da heterossexualidade compulsória na cultura brasileira contemporânea. In: **VI Simpósio Internacional LAVITS, Assimetria e (in)visibilidades: Vigilância, gênero e raça**, Salvador, 2019.
 Disponível em: https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Santos_Sanches_Sacramento-2019-LAVITSS.pdf
 Acesso em: 24 de abril de 2021.

SOUZA, Eloisio Moulin de. A Teoria Queer e os estudos organizacionais: Revisando conceitos sobre identidade. **Revista de Administração Contemporânea**. vol. 21, no. 3, Curitiba, 2017.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552017000300308&script=sci_arttext

Acesso em: 02 de maio de 2021.

TORRES, Marco Antônio; SARAIVA, Izabella Marina Martinho; GONZAGA, Rubens Modesto. Sexualidade no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. vol.25, Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100237&lang=pt

Acesso em: 18 de abril de 2021.

VALENTE, Márcio Bruno Barra et al. Sujeito, corpo, materialidade e performaces de gênero: uma introdução ao pensamento de Judith Butler. **REVISTA HUM@ NAE**, v. 15, n. 2, 2021.

Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/574/288>

Acesso em: 20 de abril de 2021.

VÁZQUEZ, Claudia Lazcano; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; OLIVEIRA, João Manuel de. Necropolítica, políticas públicas interseccionais e cidadania trans. **Ex aequo**, no.40, Lisboa, 2019.

Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602019000200010&lang=pt

Acesso em: 03 de maio de 2021.

VITALI, Marieli Mezari; CASTRO, Amanda; CARAVACA-MORERA, Jaime; SORATTO, Jacks. “Homem é homem e mulher é mulher, o resto, sem-vergonhice”: representações sociais da transsexualidade sobre comentários da internet. **Saúde e Sociedade**. vol.28, no.4, São Paulo, 2019.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000400243

Acesso em: 03 de maio de 2021.